

O CAPITALISMO FINANCEIRIZADO NEOLIBERAL COMO ORDEM SOCIAL INSTITUCIONALIZADA EM NANCY FRASER

NEOLIBERAL FINANCIALIZED CAPITALISM AS AN INSTITUTIONALIZED SOCIAL ORDER IN NANCY FRASER

Thayná Monteiro Rebelo¹

Resumo: O trabalho visa a discutir, por meio da teoria crítica de Nancy Fraser, a ordem social institucionalizada do capitalismo financeirizado neoliberal. Para isso, a autora estabelece que o capitalismo deve ser entendido por seus elementos ortodoxos e “desortodoxos”, a fim de compreendermos não apenas como sistema econômico ou de produção, mas também e, sobretudo, por seu plano de fundo que remodela a atividade reprodutiva, a política e a nossa relação com o meio ambiente. Metodologicamente, as discussões apresentadas serão do tipo bibliográfico com abordagem qualitativa, perfazendo-se como pesquisa teórica ao analisar conceitos por meio de uma compreensão crítica. Dessa forma, a hipótese é de que o capitalismo, especialmente em sua fase financeirizada, não recai apenas no âmbito econômico, mas desde sua constituição molda e reforma as diversas estruturas sociais e políticas.

Palavras-chave: Ordem social institucionalizada. Capitalismo. Nancy Fraser.

Abstract: The paper aims to discuss, through Nancy Fraser’s critical theory, the institutionalized social order of neoliberal financialized capitalism. To this end, the author establishes that capitalism must be understood by its orthodox and “unorthodox” elements, in order to understand it not only as an economic or production system, but also and, above all, by its background that remodels reproductive activity, politics and our relationship with the environment. Methodologically, the discussions presented will be of the bibliographic type with a qualitative approach, completing as theoretical research by analyzing concepts through a critical understanding. Thus, the hypothesis is that capitalism, especially in its financialized phase, does not fall only on the economic sphere, but since its constitution shapes and reforms the various social and political structures.

Keywords: Institutionalized social order. Capitalism. Nancy Fraser.

¹ Doutoranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. Mestra em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. Graduada em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará. Membro e coordenadora auxiliar do grupo de pesquisa “Filosofia Política: investigações em política, ética e direito” (CNPq). Professora universitária. Advogada. E-mail: thaynamrebelo@gmail.com.

Introdução

O trabalho problematiza como Nancy Fraser reflete a ordem social institucionalizada do capitalismo financeirizado neoliberal. Para tanto, abordarei o conceito de Fraser de ordem social institucionalizada e sua consideração de capitalismo em dois planos, o primeiro plano - como sendo a ordem econômica - e o plano de fundo – como sendo as dinâmicas não econômicas entre política e economia; produção e reprodução; e natureza humana e não humana.

Metodologicamente, as discussões apresentadas serão do tipo bibliográfico com abordagem qualitativa, perfazendo-se como pesquisa teórica ao analisar conceitos por meio de uma compreensão crítica. Vale ressaltar que as ideias expostas recortam um trecho da minha dissertação de mestrado defendida no início de 2023 pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará.

Nancy Fraser é uma filósofa norte-americana pertencente à teoria crítica, professora de ciências políticas e sociais da *New School University* em Nova Iorque. Ainda atuante, apresenta-se como uma intelectual politicamente engajada e crítica sobre as discussões acerca de feminismos, teoria da justiça, reconhecimento, capitalismo e neoliberalismo.

Fraser propõe uma amplitude da conceituação do capitalismo, não desenvolvida por Marx, em que a ortodoxia tradicional da análise econômica do capital cede espaço para outras vertentes de compreensão da realidade capitalista. Falar de capitalismo neoliberal é ir além de uma concepção de mercado, produção, liberdade contratual e acumulação, desse modo, é relevante discutir academicamente tal apreensão, com a finalidade de vislumbrar as vicissitudes neoliberais por todos os eixos da vida.

Parte daí a concepção de ordem social institucionalizada. Primeiro, o plano de fundo não econômico serve como condição para a consolidação da economia, a qual também dá condições para aquele. Segundo, o plano de fundo tem caráter próprio e pode, inclusive, promover lutas anticapitalistas. Terceiro, os domínios extraeconômicos fazem parte da sociedade capitalista historicamente, constituindo uma simbiose entre economia e seu plano de fundo (Fraser; Jaeggi, 2020).

Logo, faz-se relevante a discussão expandida e crítica proposta pela autora, como forma de melhor analisar e enfrentar os ditames das políticas neoliberais.

Capitalismo financeirizado como ordem social institucionalizada

O capitalismo não pode ser compreendido apenas por seu sistema econômico. A economia está longe de ser autônoma, autorregulada e não normativa. Para compreendê-lo em sua historicidade e complexidade, é preciso fugir unicamente da visão ortodoxa. O objetivo passa a ser o de descortinar as ideias de produção de Marx para investigar o que há por trás delas.

Fraser usa e expande a metodologia de Marx. Segundo ela, o autor já dava elementos de

que o capital depende de uma história de fundo a respeito de sua origem, a qual é, em verdade, preenchida por violência, roubo e expropriação. Marx pretendia descortinar uma história não revelada sobre o capitalismo. A economia capitalista não se sustenta apenas com a sua troca mercadológica, mas também por um terreno atrás de exploração e de expropriação. É fundamental refletir acerca do “primeiro plano e plano de fundo” e sobre a “histórica oficial e a história de fundo” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 45).

O objetivo da “des-ortodoxificante” de Fraser é recontar a história do capitalismo por meio de uma teoria crítica realmente crítica, inclusive problematizando e refletindo elementos não trazidos por Marx para conceber uma teoria adequada do capitalismo do século XXI. A autora compreende que ao se falar sobre capitalismo normalmente as questões centram-se sobre um único aspecto. Ou economia ou ecologia ou reprodução social ou impactos políticos. (Fraser, 2012; Fraser; Jaeggi, 2020).

Isso é importante para romper com a ideia de que o capitalismo é historicamente linear para o compreender enquanto estrutura complexa, de transformações e rupturas que se colocam à margem da esfera econômica, mas que também são essenciais para entender sua real dinâmica, consolidação, mudanças e permanência ao longo dos séculos (Mauro; Verbicaro; Rebelo, 2021).

É nesse sentido que Fraser compreende o capitalismo enquanto uma ordem social institucionalizada que demarca as divisões entre produção e reprodução, natureza humana e não humana e economia e política enquanto separações institucionais e constitutivas ao capitalismo, sem que essa definição caia na lacuna entre sistema e mundo da vida (Fraser, 2015b; Fraser; Jaeggi, 2020).

Fraser explica a concepção de ordem social institucionalizada no seguinte sentido. Primeiro, o plano de fundo não econômico serve como condição para a consolidação da economia, a qual também dá condições para aquele. Segundo, o plano de fundo tem caráter próprio e que pode, inclusive, promover lutas anticapitalistas. Terceiro, os domínios extraeconômicos fazem parte da sociedade capitalista historicamente, constituindo uma simbiose entre economia e seu plano de fundo (Fraser; Jaeggi, 2020).

A mercantilização não é universal e não sustenta sozinha o capitalismo, o qual precisa de eixos não mercantilizados, quais sejam o social, o ecológico e o político. Por sua vez, esses não apenas auxiliam a mercantilização, mas também detém de uma normatividade e ontologia próprias (Fraser, 2015b).

Essas separações marcam a singularidade do capitalismo ao entender que não há formação social até então que se ampare nelas. Fraser é objetiva ao falar que “essas separações são a especificidade do capitalismo, sobretudo porque correspondem às precondições indispensáveis a uma ‘economia’ sujeita à direção da ‘lei do valor’. Sem elas, tal ‘economia’ não existiria” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 81).

Ao passo que o capitalismo, em todos os seus períodos históricos e fases, necessita da atividade reprodutiva, do meio ambiente e da política, ele as coloca como estruturas subjacentes e apartadas de importância, defendendo apenas a economia como sua única formação (Rebelo, 2022, p. 130). Trata-se de “uma espécie de parasitismo, essa ideia de que os poderes econômicos se aproveitam do que é útil para eles, mas não estão preocupados em pagar por isso, em reparar os danos deixados pelo caminho” (Fraser, 2020, n.p).

Vislumbrar a ordem social institucionalizada do capitalismo é não ignorar a sua imbricação com a opressão de gênero, com a dominação política nos âmbitos nacional, transnacional, colonial e pós colonial, com a degradação ambiental, com as zonas de exploração e expropriação e com a reformulação política estatal (Fraser, 2015b).

Dizer que o capitalismo é uma ordem social institucionalizada é estabelecer que não se pode falar em produção sem reprodução, nem de humanidade sem natureza e nem de economia sem poder público e político, logo, para Fraser “cada termo é definido em função do outro, de modo que nenhum faça sentido sem o outro” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 75). Não há uma hierarquia entre o plano econômico e o plano de fundo, não são descolados, mas sim formações estruturais que acompanham todas as fases históricas do capitalismo.

Não vivemos uma crise financeira, ecológica, do “cuidado” ou política, mas sim uma “*crise da sociedade como um todo*” (Arruza, Bhattacharya, Fraser, 2019, p. 45), dinâmica que emergiu com o capitalismo globalizado, financeirizado e neoliberal. Em quatro décadas de intensa consolidação, o neoliberalismo fragmentou os salários, intensificou a exploração da natureza e da reprodução social como meios para o sistema financeiro ser centro do tecido social. Mesmo com a crise em seu DNA, o capitalismo neoliberal tende a se reinventar e manter suas estruturas de opressão econômica, de gênero, de raça e de controle do meio ambiente.

Para Brown (2019, p. 28) “o neoliberalismo – as ideias, as instituições, as políticas, a racionalidade política – juntamente com sua criação, a financeirização, provavelmente moldaram a história mundial recente tão profundamente quanto qualquer outro fenômeno que possa ser situado no mesmo período”. É fundamental compreendê-lo e problematizá-lo, a fim de melhor entender as relações que estabelece com o plano de fundo não econômico e, no capítulo posterior, com a teoria da justiça de Fraser.

Em coerência com Fraser a respeito de uma concepção ampla, Dardot e Laval (2016, p. 7) entendem que ordem neoliberal “não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica”, mas sim é uma normatividade que pretende expandir a lógica do capital para todo o mundo, para todas as relações sociais e para todas as esferas da vida. Com base nisso, essa estratégia chega não apenas nas práticas estatais de governo, mas também na gestão das empresas e das pessoas, sem que tenham ciência sobre essa invasão.

O capitalismo financeirizado é uma resposta contra todas as estruturas protecionistas que foram arquitetadas no Pós-Guerra, especialmente nos países do Norte Global. Sua pre-

tensão original já era a destruição de todos os projetos coletivos e públicos, obstaculizando as políticas de redistribuição, assistencialistas e sociais (Dardot; Laval, 2016).

O resultado dessa ordem social institucionalizada é uma multiplicidade de desequilíbrios que rondam todos os setores da vida. O cenário é de uma pressão estatal para cortar os gastos sociais, o que compromete a sobrevivência das famílias; a especulação da natureza como ferramenta ilimitada que gera déficits na manutenção das águas, das matas e do uso adequado dos combustíveis; a fragmentação da democracia como diretriz das políticas em prol do capital como sujeito. Todas essas vertentes estão profundamente entrelaçadas (Fraser, 2012, 2021).

Primeiro eixo: a contradição entre economia e política no cenário capitalista neoliberal

O primeiro eixo de fundo estrutura-se entre economia e política. Para a autora, não há como sustentar o mercado e seus interesses sem uma teia política e jurídica que os legitime. Repousa aqui todo o aparato legal dos poderes públicos para que assegurem direitos de propriedade, garantam o cumprimento dos contratos, decidam disputas judiciais, reprimam revoltas anticapitalistas, confirmem publicamente a confiabilidade no crédito e nas transações mercadológicas e financeiras como meios necessários para a manutenção da economia, ainda que em detrimento do social (Fraser, 2018).

Sob a égide neoliberal, a autonomia e o controle dos Estados são flexibilizados para que sua própria estrutura seja usada como mecanismo de proteção ao poder privado e financeiro. Desse modo, a esfera pública ao mesmo tempo que perde domínio sobre a economia, abre espaço para que seus aparatos políticos sejam usados para consolidar o poder do capital por meio de organizações, como bancos, investidores e conglomerados que não prestam contas politicamente (Fraser, 2018; Fraser; Jaeggi, 2020).

A organização político-econômica estatal caminha lado a lado com a governança exercida por organizações internacionais, especialmente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, Acordo TRIPS, que regula os direitos de propriedade intelectual do comércio. Esses são os locais em que a maioria das regras do mercado são criadas e devem ser acatadas e implementadas pelos Estados, sob pena de ser afastado das relações econômicas internacionais ou sofrer retaliações financeiras (Fraser, 2018; Fraser; Jaeggi, 2020).

Os arranjos geopolíticos e os processos econômicos internacionais são essenciais à dinâmica neoliberal. Isso porque o capital financeiro não se limita a uma fronteira política, formando a lógica econômica como “intrinsecamente transterritorial” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 94). Essa formação, na prática, é baseada em uma relação contraditória entre a anseia expansiva e o domínio político, que é historicamente territorial. Mesmo que esse conflito estivesse em todos os demais estágios do capitalismo, o neoliberalismo o intensifica (Fraser, 2015b).

Nesse sentido, há uma relação sempre instável entre o poder privado e o poder públi-

co, o qual não é mais o único a estabelecer as regras. O desenvolvimento financeiro é, agora, formado não apenas pelos Estados, mas também, e sobretudo, pelas hegemonias geopolíticas e pelas estruturas transestatais, o que requer um jogo de forças entre o interesse político nacional e o interesse do capital expansionista e transfronteiriço. Tudo isso é visto pelas pressões lobistas, pela cessão de serviços públicos a grandes empresas por longo período, pela ascensão de parcerias público-privadas, pautadas não no atendimento do cidadão, mas sim de pretensos consumidores (Fraser, 2015b, 2018).

Isso não importa dizer que o neoliberalismo é sinônimo de completa desregulamentação e mínima intervenção do Estado, apenas que sua função estará acompanhada por demais organizações pró-capital e, juntos, definem a construção da governança internacional por meio de criação escalonada de regras com autoridade mundial. Desse modo, as regras financeiras globais são capazes, inclusive, de sobreporem às leis domésticas, estabelecendo limites fortes às decisões estatais que sejam contraditórias aos interesses do mercado, especialmente quando trata-se da legislação social, trabalhista e ambiental (Verbicaro; Ferreira; Rebelo; Machado, 2021).

Diante disso, quando Fraser teoriza que o capitalismo é uma ordem social institucionalizada é justamente para sinalizar que não se desenvolve sozinha, de forma natural e orgânica. Parte, sobretudo, dos Estados mais poderosos do mundo a gerência da economia capitalista por diversas redes por meio dos mercados nacionais e internacionais, do colonialismo, do imperialismo, da exploração e da expropriação. As condições para a economia neoliberal dependem da política, ainda que seja um plano de fundo renegado.

Segundo eixo: a contradição entre trabalho produtivo e reprodução social no cenário financeirizado

A reprodução social enquanto uma das três estruturas propostas por Fraser como plano de fundo não econômico do capitalismo também sofreu mudanças com o estágio financeirizado. Fraser (2015b) estabelece que o neoliberalismo (re) privatiza e mercantiliza as tarefas do cuidado ao mesmo tempo que impede a provisão pública, isto é, usufrui delas, mas as nega enquanto eixo de sustentação.

Desse modo, pensar o neoliberalismo e sua relação com a reprodução social é também rememorar como se deu a colocação do feminismo nesse cenário. Fraser (2009) estabelece que a segunda onda feminista é coincidente ao neoliberalismo, desse modo, o que iniciou com propostas radicais - características do movimento contracultural crítico ao conservadorismo da socialdemocracia - tornou-se um fenômeno largo e flexível as investidas neoliberais.

Pelo discurso de justiça de gênero, as políticas neoliberais progressistas escondem que a colocação das mulheres no mercado de trabalho desorganizado é sinônimo de reduzida segurança laboral e salarial, baixos padrões de vida, radical aumento das horas trabalhadas com a formação de triplas ou quádruplas jornadas de trabalho, o aumento dos lares chefiados por mulheres e o aprofundamento das desigualdades entre mulheres brancas e negras, nacionais e

imigrantes e pobres e ricas.

A formação, escolarização, subjetivação e criação das crianças e dos jovens, o fazer da cultura, a noção de solidariedade, significados e valores sociais, isto é, a atividade do cuidado em geral encontra-se, na maioria das vezes, fora do âmbito mercadológico. O ambiente doméstico, da vizinhança, da cooperação são os lugares típicos do desenvolvimento dessas tarefas, as quais não assumem a forma de trabalho produtivo e assalariado (Fraser, 2012, 2015a, 2016; (Arruza, Bhattacharya, Fraser, 2019).

Ocorre que o trabalho produtivo não ocorre sem a existência da exploração da atividade do cuidado da socialização e da formação escolar das crianças, da preservação dos idosos e de todas as demais atividades que geram e formam novas gerações dispostas a adentrar no trabalho produtivo. Segundo Fraser (2016) a reprodução social é o sustento do trabalho assalariado e da acumulação constante de capital por meio do mais-valor, mantendo o sistema econômico do capitalismo. Desse modo, “a reprodução social é uma condição de fundo indispensável à possibilidade de produção capitalista” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 46).

Essa ideia avança e descortina o silêncio de Marx acerca do trabalho doméstico e sinaliza que somente com o capitalismo houve uma verdadeira divisão entre o que é produção de mercadorias e o que é reprodução social, sendo o gênero o marcador construído e sustentado por todas as fases do capitalismo, no momento em que a essa é associada às mulheres e aquela aos homens (Fraser, 2015a, 2016; Fraser; Jaeggi, 2020; Federici, 2021).

No neoliberalismo, a iniciativa de que todas as mulheres estejam na atividade produtiva alimenta redes, nas quais mulheres brancas, com condições financeiras e de países centrais, transferem seu papel patriarcal de cuidadoras do lar para outras mulheres, por sua vez imigrantes, não brancas, pobres e que historicamente pertenceram ao trabalho mal pago e informal. Por sua vez, mulheres migrantes e não privilegiadas transferem suas responsabilidades familiares para outras pessoas ainda mais pobres e que não tem o poder de transferir para demais pessoas. Isso resulta em redes globais de cuidado que tem a exploração neoliberal como base.

Isso demonstra que a desigualdade é corporificada sob o neoliberalismo, ainda que virtualmente estejamos sob o manto da exploração, há corpos potencialmente mais afetados, os quais carregam marcadores diversos.

Diante disso, a crise da reprodução social no atual estágio capitalista é mais um ponto de conflito e contradição. “Enquanto o neoliberalismo exige mais horas de trabalho remunerado por unidade familiar e menos suporte estatal à assistência social, ele pressiona até o limite famílias, comunidades e (acima de tudo) mulheres” (Arruza, Bhattacharya, Fraser, 2019, p. 56).

Terceiro eixo: a conflituosidade entre sociedade humana e não humana sob a égide financeira

O terceiro plano de fundo relaciona-se entre natureza humana e não humana. O capitalismo, em todas as suas fases e, de forma profunda no atual estágio neoliberal, trata os recursos naturais como ilimitados, gratuitos e disponíveis para uso do capital, sem qualquer compensa-

ção. A lógica do capitalismo é estabelecer que os recursos naturais têm como único propósito fornecer bases e materiais para a transformação em bens.

O capitalismo inaugura a divisão entre o domínio natural e o domínio humano. Enquanto o primeiro é visto como um fornecedor sem qualquer custo e livre para apropriação indiscriminada, o segundo é tido como uma esfera de valor que é produzida por e para seres humanos. Por meio disso Fraser diz que o capitalismo fornece a lógica de que a humanidade é imaterial, subjetiva, histórica e espiritual e a natureza – não humana – é vista como recurso material, dado, disponível e apropriável (Fraser, 2015b; 2021; Fraser; Jaeggi, 2020).

Sob o neoliberalismo, o Norte Global propaga o discurso “pós-material” pela expansão dos mercados de tecnologia, serviços, finança e informação, os quais teoricamente não acarretariam danos à natureza ao passo que o Sul Global é sobrecarregado com intensas atividades extrativas, minerárias, industriais e energéticas.

A máxima contradição entre o primeiro plano e o plano de fundo da natureza é que ao mesmo tempo que as políticas neoliberais dizem não mercantilizar a natureza lucra com ela. O dinheiro circula pelo comércio especulativo de licenças de emissão de poluentes, serviços ao ecossistema e créditos de carbono e de derivativos ambientais (Fraser; Jaeggi, 2020).

O capital passa a explorar novos mercados. De um lado, depende e expande a produção de novos materiais minerários para a produção de tecnologia. De outro, adentra em setores antes não mercantilizados, como privatização das fontes de água, bioengenharia de sementes estéreis e o patenteamento de DNA. Tudo isso forma uma rede de mercado de biotecnologia que é legitimada pelo Estado e suas legislações, especialmente acerca de direito de propriedade que busca patentear descobertas que originalmente pertencem, na grande maioria das vezes, as comunidades tradicionais, sobretudo as indígenas, usurpando os conhecimentos e os direitos desses grupos (Fraser, 2012, 2021).

Em sintonia com os pensamentos de Fraser, Federici (2021) entende que a história do desenvolvimento produtivo capitalista é também a histórica da colonização, de ondas de fome, do desaparecimento de milhares de espécies e de uma crescente alienação ao mundo natural. Todos esses fatores não são deslocados de uma crise social e política que se nega a olhar as populações que são mais afetadas por esse modo de vida.

Desse modo, “longe de oferecerem uma ‘reconciliação’ com a natureza, contudo, estes desenvolvimentos intensificam a comodificação e sua anexação pelo capitalismo” (Fraser, 2015b, p. 716).

Conclusão

Fraser sai de uma definição ortodoxa sobre o capitalismo, a qual apenas o entende como um sistema econômico para o compreender em sua complexidade e historicidade. Desse modo, vimos que a economia é um eixo importante, mas não o único definidor, muito menos da fase neoliberal. Recontar a história do capitalismo por essa lógica visibiliza os âmbitos que ele usu-

frui e também permite a construção de uma teoria de fato crítica, atenta a realidade e histórica, como assim é a Teoria Crítica.

Por esse entendimento, Fraser apresenta-nos que o sistema econômico é um primeiro plano que é sustentado por um plano de fundo não econômico, do qual há as relações entre produção/reprodução; natureza humana/não humana; e política/economia. Por conta disso, a autora estabelece o capitalismo como uma ordem social institucionalizada, em vista do capital não se restringir a ordem econômica, mas também se irradiar por todos os âmbitos da vida, estabelecendo uma relação de dependência e de contradição com o plano de fundo.

Para além do entendimento de ordem social institucionalizada, as interlocuções com Fraser me proporcionaram entender o neoliberalismo como um conjunto de ideias, instituições, políticas que expande a lógica predatória do capital às práticas governamentais, às empresas e à vida das pessoas e suas relações sociais. Suas políticas de privatização e de crescimento econômico por meio das finanças vem acompanhadas da promoção do indivíduo, em detrimento do coletivo, da ruína das políticas sociais e do surgimento de um novo sujeito, moldado pela concorrência e pela maximização das liberdades individuais.

Discuti que a contradição entre economia e política no neoliberalismo estabelece-se quando a acumulação capitalista permanente requer a expansão da esfera pública, formando um Estado forte em prol do capital e mínimo para as questões sociais.

Ainda, entendemos acerca da relação entre trabalho produtivo e reprodução social. Sob o neoliberalismo as mulheres são convocadas a assumirem posições no mercado de trabalho ao mesmo tempo que permanecem com a responsabilidade das atividades domésticas e do cuidado. Isso gera uma rede de cuidados globais que impõe a mulher pobre, negra e imigrante formas de exploração e de expropriação contemporâneas.

Ainda descortinando o plano de fundo neoliberal, discutimos a contradição entre sociedade humana e não humana. O capital lucra com a usurpação dos recursos naturais, do aumento do aquecimento global, das queimadas, do desmatamento ao mesmo tempo que nega sua dependência. O discurso invoca que a produção financeirizada é informacional e tecnológica, mas esconde a exploração minerária, energética e espacial que acomete países pobres e do Sul Global. Sua lógica é a máxima acumulação, inclusive ao criarem mercados de (falsa) proteção da natureza.

Assim, ao considerar que o capitalismo neoliberal é uma ordem social institucionalizada preenchida não apenas por suas vertentes econômicas, mas também pelo plano de fundo que tem a política, a reprodução social e a natureza não humana como base de sustentação e de conflituosidade, Nancy Fraser nos permite criticar e problematizar o neoliberalismo de forma expandida e atenta às suas interferências em todos os eixos da vida.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução: Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. 1. ed. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FRASER, Nancy. “O neoliberalismo não se legitima mais. As pessoas querem a proteção do Estado”. [Entrevista concedida a] Nádia Junqueira Ribeiro e Nathalie Bressiani, *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/nancy-fraser-o-neoliberalismo-nao-se-legitima-mais/>.

FRASER, Nancy. *Can society be commodities all the way down? Polanyian reflections on capitalist crisis*. *Fondation Maison des sciences de l’homme*, n. 18, p. 1-13, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1299757/mod_resource/content/1/Nancy%20Fraser-commods%20all%20the%20way%20down.pdf.

FRASER, Nancy. *Climates of Capital: for a trans-environmental eco-socialism*. *New Left Review* 127, p. 94-127, 2021. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii127/articles/nancy-fraser-climates-of-capital.pdf>.

FRASER, Nancy. *Contradictions of capital and care*. *New Left Review*, n. 100, 2016. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii100/articles/nancy-fraser-contradictions-of-capital-and-care>.

FRASER, Nancy. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. Tradução: José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 23, n. 2, p. 153-188, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/153165>.

FRASER, Nancy. **Fortunas del feminismo**. Tradução: Cristina Piña Aldao. 1. ed. Equador: Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador, 2015a.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Tradução: Anselmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. *Revista Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300312/mod_resource/content/1/FRASER%2C%20nancy.%20Feminismo%2C%20capitalismo%20e%20a%20ast%20a%20cia%20da%20hist%20ria.pdf.

FRASER, Nancy. Por trás do laboratório secreto de Marx: por uma concepção expandida de capitalismo. Tradução: Mayra Cotta e Miguel Patriota. *Revista Direito e Práxis*, v. 6, n. 10, p. 704-728, 2015b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/15431>.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. Tradução: Nathalie Bressiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

MAURO, Fádia; VERBICARO, Loiane; REBELO, Thayná. Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. *Revista Eletrônica Direito e Sociedade*, Canoas, v. 9, n.

1, p. 191-210, 2021. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/7570>.

REBELO, Thayná Monteiro. O processo capitalista de silenciamento das mulheres pela perspectiva feminista. *In*: LIMA, Antônio Ismael; SILVA, Francisco José da (Organizadores). **Filosofia em rede**: educação como prática de liberdade. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2022, p. 130-144. Disponível em: <https://phillosacademy.com/filosofia-em-rede-educacao-como-pratica-de-liberdade>.

VERBICARO, Loiane; FERREIRA, Valeska; REBELO, Thayná; MACHADO, Ana Victória. *La construcción de la sociedad neoliberal brasileña: cuál es el lugar de la democracia?* **El Banquete de los Dioses: Revista de Filosofía y Teoría Política Contemporáneas – Neoliberalismo(s)**, Buenos Aires, n. 9, p. 245-279, 2021. Disponível em: <https://publicaciones sociales.uba.ar/index.php/ebdld/article/view/6908/6140>.